

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

cosesp

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

30/06/2007

47,488

48.087

(22.556)

(10.252)

(13.715)

(1.077)

13.814

7.610

7.755 (2.138)

4.843

120.000 40,36

30/06/2007

4.843

947

16.473

3.955

36.584

24

112

(59)

(12.215)

(10.166)

(59.393)10.083

(8.648)

0

(12.500)

(12.500)(21.148)

26.262

(21.148)

5.114

2.707

www.cosespseguros.com.b

30/06/2008

13.675

13.615

13.672

(6.143)

(1.317)

(6.387)

(1.027)

9.556

8.579

385 8.964

8.026

120.000

30/06/2008

8.026

903

(116)

24.521

1.595

(2.900)

7.487

1.290

(33.285)

(917)

(194)11.292

72

(11.800)

(11.800)

(437)1.533

1.096

(1.876)

(437)

12

14

No processo evolutivo do encerramento de suas atividades empresariais e visando preservar a situação econômico-financeira da Companhia, a Administração tem adotado as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, bem como aprimorado os critérios de quantificação

das provisões judiciais Com base nesse cenário, a Companhia efetuou adequações em seu quadro de pessoal e na estrutura organizacional, sendo que tais ajustes refletiram na redução das despesas administrativas no semestre em

Relatório da Administração - 1º Semestre 2008 Em termos operacionais, os prêmios emitidos líquidos reduziram de R\$ 47,8 milhões em junho de 2007 para R\$ 13,7 milhões em junho de 2008. Os fatores determinantes para essa variação foram a diminuição da carteira de segurados de 260 mil no final do 1º semestre de 2007 para 75 mil no final de junho de 2008 e o encerramento da participação da COSESP no Convênio DPVAT.

No semestre findo, a Companhia apresentou resultado líquido de R\$ 8,0 milhões, tendo encerrado o período com Patrimônio Líquido de R\$ 201.7 milhões. Os ativos garantidores das provisões técnicas atingiram R\$ 375,0 milhões no final do semestre, enquanto o

índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Empresa de honrar seus compromissos ficou em 1,57, registrando folga de 57% no balanceamento entre ativos e passivos. A Administração da Companhia agradece aos seus Acionistas, Conselheiros, Empregados. Fornecedores e Clientes o apoio e a colaboração recebidos

Prêmios Emitidos Líquidos

Prêmios Resseguros Cedidos PRÊMIOS RETIDOS

DESPESAS COM TRIBUTOS

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO PATRIMONIAL

Imposto de Renda . Contribuição Socia

RESULTADO OPERACIONAL

RESULTADO NÃO OPERACIONAL

LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE .

Quantidade de Ações (Em milhares)

ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro Líquido do Semestre

Depreciações e Amortizações

Variação dos Créditos das Operações

Variação de Outros Valores e Bens

09. PERMANENTE (Em R\$ Mil)

RAMOS Diagon Bu

Variação das Despesas Antecipadas

Variação de Títulos e Créditos a Receber

Variação das Aplicações

Prejuízo na Venda de Investimentos ou Imobilizado Lucro na Venda de Investimentos ou Imobilizado

Variação das Despesas de Comercialização Diferidas

PRÊMIOS GANHOS

SINISTROS RETIDOS.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES..

Lucro Líquido do Semestre por Ação (lote de 1.000 ações) - R\$...

DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

São Paulo (SP), julho de 2008 A Administração

Demonstração do Resultado em 30 de Junho de 2008 e de 2007

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos em 30 de Junho de 2008 e de 2007

Balanços Patrimoniais Encerrados em 30 de Junho de 2008 e de 2007 (Em R\$ Mil)							
ATIVO	30/06/2008	30/06/2007	PASSIVO	30/06/2008	30/06/2007		
CIRCULANTE	407.053	464.631	CIRCULANTE		116.681		
Disponível	1.096	5.114	Contas a Pagar	10.968	14.537		
Caixa e Bancos	509	639	Obrigações a Pagar		13.015		
Aplicações no Mercado Aberto	587	4.475	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	355	474		
Aplicações	397,359	442.872	Encargos Trabalhistas	788	1.039		
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	6.481	12,796	Impostos e Contribuições	505	9		
Prêmios a Receber	3.342	3.861	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2.498	4.068		
Operações com Seguradoras	594	2.241	Prêmios a Restituir		70		
Operações com Resseguradoras	2.028	3.288	Operações com Seguradoras		2.034		
Outros Créditos Operacionais	2.172	5.398	Operações com Resseguradoras		22		
(-) Provisão para Riscos de Créditos	(1.655)	(1.992)	Corretores de Seguros e Resseguros		256		
Títulos e Créditos a Receber	1.218	3,439	Outros Débitos Operacionais		1.686		
Títulos e Créditos a Receber	312	313	Depósitos de Terceiros		19		
Créditos Tributários e Previdenciários	83	2.037	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros		98.057		
Outros Créditos	823	1.089	Ramos Elementares e Vida em Grupo		98.057		
(-) Provisão para Riscos de Créditos	0	0	Provisão de Prêmios não Ganhos		1.310		
Outros Valores e Bens	870	367	Sinistros a Liquidar		59.743		
Outros Valores	870	367	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados		36.708		
Despesas Antecipadas	2	4	Outras Provisões		296		
Administrativas	2	4	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		209.787		
Despesas de Comercialização Diferidas	27	39	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		209.787		
Seguros e Resseguros	27	39	Contas a Pagar		37.287		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	54.595	55.178	Tributos Diferidos		1.769		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	39.670	38.483	Outras Contas a Pagar		35.518		
Aplicações	39.670	36.463	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros		120.941		
Outras Aplicações	399	378	Ramos Elementares e Vida em Grupo		120.941		
Títulos e Créditos a Receber	39.271	38.105	Provisão Sinistros a Liquidar		120.941		
	1.116	2.196	Outros Débitos		51.559		
Créditos Tributários e Previdenciários	38.155	35.481	Provisões Judiciais		51.559		
·							
Outros Créditos a Receber	17.605	22.352	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	201.694 120.000	193.341 120.000		
(–) Provisão para Riscos de Créditos PERMANENTE	(17.605) 14.925	(21.924) 16.695	Capital Social	120.000	120.000		
			Aumento de Capital - Nacional (em aprovação)		-		
Investimentos	8.237	8.644	Reservas de Lucro		81.380		
Participações Societárias	1.491	1.491	(–) Ações em Tesouraria		(114)		
Imóveis Destinados à Renda	13.087	13.087	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		(268)		
Outros Investimentos	649	649	Lucros ou Prejuízos Acumulados	(3.774)	(7.657)		
(-) Provisão para Desvalorização	(649)	(649)					
(–) Depreciação	(6.341)	(5.934)					
Imobilizado	5.549	6.693					
Imóveis	6.192	6.192					
Bens Móveis	6.478	6.577					
Outras Imobilizações	0	0					
(–) Depreciação	(7.121)	(6.076)					
Diferido	1.139	1.358					
Despesas de Organização, Implantação e Instalação	2.054	2.437					
(–) Amortização	(915)	(1.079)		121 222			
TOTAL DO ATIVO	461.648	<u>519.809</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>519.809</u>		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Encerrados em 30 de Junho de 2008 e de 2007 (Em R\$ Mil)							
		(2	Reserva de Lucros Aiustes	nom			

Reserva de Lucros Aumento Capital em Resilizado Aumento Capital em Resilizado Aprovação Capital em Capi	Imóveis Bens Móveis Outras Imobilizações (-) Depreciação Diferido Despesas de Organização, Implantação e Instalação(-) Amortização TOTAL DO ATIVO Demonstração das		6.192 6.478 0 (7.121) 1.139 2.054 (915) 461.648 es do Patrim		TOTAL DO PASSIVI do Encerrados e				461.648	519.809	Variação de Débitos de Operações com Seguros e Resseguros Variação de Depósitos de Terceiros Variação de Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros Variação de Outros Débitos Variação de Ajustes de TVM (PL) CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Recebimento pela Venda de Ativo Permanente
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários Lucro Líquido do Semestre Juros sobre o Capital Próprio PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2007 PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários Lucro Líquido do Semestre	Realizado 120.000 0 0 120.000 120.000 120.000 0 0 0 0 0	Capital em	Reserva <u>Legal</u> 7.929 0 0 0 7.929 8.795 0 0 0	Reserva de Reserva para Aumento Capital 58.387 0 0 0 58.387 60.588	Reserva Especial para Dividendos 15.065 0 0 15.065 16.711 0 0 0	Tesouraria (114) 0 0 0 (114) (114) (114) 0 0 0 0 0	Títulos e Valores Mobiliários (429) 161 0 0 (268) (319) (194) 0	(Prejuízos) Acumulados 0 0 4.843 (12.500) (7.657) 0 0 8.026 (11.800)	200.838 161 4.843 (12.500) 193.342 205.661 (194) 8.026 (11.800)	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Juros sobre o Capital Próprio

(a) Composição dos Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo (em R\$ mil)

Trotao Expiroatirao do Bomonotiaçõeo i maneomae em de ao samilo de Eddo e de	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e	m 30 de Junho de 2008 e de :
(Em R\$ Mil)	(Em R\$ Mil)	

DESCRIÇÃO

04. APLICAÇÕES (Em R\$ Mil)

01. CONTEXTO OPERACION	NAL		
A Companhia tem como objet	ivo	а	e

exploração de seguros dos ramos elementares e de vida. 02. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas do CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados e da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. Para efeito de comparabilidade o 1º semestre de 2007 foi reclassificado de acordo a Circular SUSEP nº 356, de 20/12/2007

03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros e co-seguros aceitos são apropriados em receita, pela emissão das apólices/faturas. Iíquidos dos cancelamentos, deduzidos os prêmios cedidos em co-seguros e/ou resseguros e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas com comercialização (comissões de corretagem, agenciamento e outras) são reconhecidas simultaneamente com a respectiva receita de prêmio, sendo diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os riscos vigentes e sem emissão têm as receitas de prêmios e as correspondentes despesas reconhecidos ao resultado do período de início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os prêmios, comissões, provisões técnicas e sinistros a liquidar, decorrentes de retrocessões, são registrados pelos valores fornecidos pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. As receitas e despesas, decorrentes do repasse de responsabilidades a outras seguradoras e ao IRB - Brasil Resseguros S.A., são apropriadas mensalmente, em observância ao regime de competência. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, aplicadas sobre o lucro contábil ajustado

nos termos da legislação fiscal em vigor. (b) Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que certos ativos e passivos sejam registrados com base em estimativas. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração considerando cenários e premissas estabelecidas por meio de avaliação e julgamento. Os ativos e passivos significativos registrados com base em estimativas incluem ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para riscos sobre créditos, provisão para desvalorização, provisões técnicas, provisões para contingências, tributos diferidos, bem como as receitas de prêmios e as respectivas despesas relativas aos riscos vigentes e sem emissão. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(c) Ativos - I. As aplicações financeiras são demonstradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, deduzida a provisão para ajuste ao valor de mercado e/ou de perda provável pelo valor líquido das carteiras quando aplicável especificamente para a carteira de Títulos e Valores Mobiliários. A Circular SUSEP nº 356, de 20 de dezembro de 2007, estabelece os critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários adquiridos por sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que devem ser registrados contabilmente pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e classificados nas seguintes categorias: i) títulos para negociação: ii) títulos disponíveis para venda e iii) títulos mantidos até o vencimento: II. Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados ao valor de custo. quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data do Balanço. A provisão para riscos sobre créditos é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta os riscos específicos e globais; III. O Imobilizado e o Diferido estão demonstrados ao custo, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e, para os imóveis, mais as reavaliações. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração para o Imobilizado a vida útil econômica dos bens e, para o Diferido o prazo de 5 e 10 anos. As correspondentes depreciações e amortizações são calculadas pelas seguintes taxas anuais: Imóveis 4%; Equipamentos 10%; Equipamentos de Informática 20%: Sistemas Aplicativos 20%: Móveis. Máguinas e Utensílios 10%: Veículos 20%: Despesas de Organização e Instalação 10%; Despesas de Implantação 20%. IV. A Companhia, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 01, que defini procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda,

manterá as reavaliações dos imóveis até a sua efetiva realização (d) Passivos - I. As Provisões Técnicas foram constituídas nos termos da Resolução CNSP nº 162 de 26/12/2006. A Provisão para Sinistros a Liquidar é calculada com base nos sinistros avisados e atualizada monetariamente até a data do Balanço, sendo o montante considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, inclusive os sinistros em discussão judicial, conforme Nota Técnica específica para sinistros judicial. A Provisão para Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR tem por base Nota Técnica Atuarial aprovada pelo Processo SUSEP nº 10.003221/99-70 e está totalmente constituída: II. Os demais passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data

(e) Ativos e Passivos contingentes - O reconhecimento e a divulgação dos ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP no 356, de 20 de dezembro de 2007, que adotou o Pronunciamento NPC nº 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, observando os seguintes critérios: i) Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, caracterizando o ganho praticamente certo. As contingências ativas com probabilidade de êxito provável são apenas divulgadas em notas explicativas; ii) Os passivos contingentes de natureza trabalhista e cível e os sinistros a liquidar em discussão judicial, são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais, e são julgados suficientes para cobrir eventuais perdas; iii) As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) que decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias previstas na legislação, do qual o objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, independentemente da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas

(f) Alteração da Legislação Societária Brasileira - Lei nº 11.638/07 - Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação à matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. A nova Lei determina que as normas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores stejam em consonância com os padrões contábeis internacionais, bem como substitui a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, determina a elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA pelas companhias abertas, além de diversas alterações relacionadas aos grupos de contas do Balanço Patrimonial, em especial a introdução do 08. ATIVOS PENHORADOS (Em R\$ Mil) conceito de Ajuste a Valor Presente derivado de ativos e passivos de longo prazo e os relevantes de curto prazo. E a obrigatoriedade de análise periódica dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, para verificar se continuam recuperáveis no curso normal dos negócios. A Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas pela nova Lei, as quais serão reconhecidas no decorrer de 2008, quando aplicável.

DESCRIÇÃO		30/00/2000	30/00/2007	
TÍTULOS DE RENDA FIXA		2.524	3.972	
Títulos da Dívida Agrária		2.524	3.972	
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL		0	743	
Ações de Sociedade de Capital Aberto		0	743	
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS		394.568	419.618	
OUTRAS APLICAÇÕES		666	18.917	
TOTAL		397.758	443,250	
(b) Títulos para Negociação (Em R\$ Mil)				
		Custo	Valor de	
DESCRIÇÃO		Atualizado	Mercado	
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS		375.074	375.074	
Vencimento indeterminado		375.074	375.074	
TÍTULOS DE RENDA FIXA E OUTRAS APLICAÇÕES		3.237	3.190	
A Vencer em até 1 Ano		1.705	1.721	
A Vencer entre 1 e 5 Anos		866	803	
Vencimento Indeterminado		666	666	
TOTAL		378.311	378.264	
(c) Títulos Disponíveis para Venda (Em R\$ Mil)				
	Custo	Perdas não	Valor de	
DESCRIÇÃO	Atualizado	Realizadas	Mercado	
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	20.000	(506)	19.494	
Vencimento indeterminado	20.000	(506)	19.494	
TOTAL	20.000	(506)	19.494	
05. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RE	SSEGUROS (E	m R\$ Mil)		
(a) Prêmios a Receber - Os Prêmios de seguros a recebe			sicão:	
RAMOS		30/06/2008	30/06/2007	
Automóveis/R.C.F. Veículos		150	498	
Garantia de Obrigações Contratuais		748	748	
Acidentes Pessoais Coletivos		2	1.668	
Vida em Grupo		2.414	908	
Outros		28	39	
Total		3.342	3.861	
(b) Operações com Seguradoras - Os valores a receber	nor ramos têm a	sequinte composi	cão.	
RAMOS	por ramos tom a	30/06/2008	30/06/2007	
Automóveis/R.C.F. Veículos		17	708	
Vida em Grupo		575	1.239	
Outros		2	294	
Total		594	2.241	
(c) Operações com Resseguradoras - Os valores a recel		m a seguinte com	nosicão:	
		20/06/2000		

30/06/2008

30/06/2007

Habitacional fora do SFH 1.558 2.895 220 3.288 2.028 (d) Outros Créditos - São compostos por valores a receber do convênio DPVAT e outros de créditos operacionais diversos, totalizando R\$ 2.172 (R\$ 5.398 em 30/06/2007) (e) Provisão para Riscos de Créditos - A provisão para riscos sobre créditos é constituída com base na experiência das perdas incorridas nos prêmios a receber, créditos com seguradoras e resseguradoras, apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta os riscos específicos e globais. O montante de R\$ 1.655 (R\$ 1.992 em 30/06/2007) foi constituído para os créditos vencidos há mais de 60 (sessenta) dias critério considerado suficiente para cobrir eventuais perdas

06. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER - CIRCULANTE (Em R\$ Mil) O saldo de créditos tributários referem-se às antecipações e retenções fontes de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 83 (R\$ 2.037 em 30/06/2007). Os Títulos e Créditos a Receber são compostos por: créditos diversos R\$ 484 (R\$ 496 em 30/06/2007); saldos bancários bloqueados por decisão judicial R\$ 651 (R\$ 906 em 30/06/2007)

07. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (Em R\$ Mil)

real e crédito com INSS, totalizando R\$ 1.116 (R\$ 2.196 em 30/06/2007).		
DESCRIÇÃO	30/06/2008	30/06/2007
Créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social:		
Ajustes Temporais	1.013	2.093
Créditos de Previdência Social	103	103
Total	1.116	2.196
O Poder Judiciário concedeu permissão em caráter liminar para a Comp		
integral dos prajuízos fiscais a da basa pagativa da Contribuição Social ex	rictantae am 31/1	12/100/1 com oc

para o exigível a longo prazo, conforme nota nº 15(b). O prazo de realização dos créditos provenientes dos ajustes temporais está vinculado à realização dos seus ativos correspondentes (b) Depósitos Judiciais e Fiscais - São oriundos de processos judiciais e têm a seguinte composição 30/06/2008 31.464 29.708 707 Cíveis e outros

resultados apurados a partir de 1995. Para efeito de comparabilidade, o valor de R\$ 3.588 foi reclassificado

142 38.155 35.481 (c) Outros Créditos a Receber - Decorrente de Créditos em processos judiciais no montante de R\$ 17.605 (R\$ 22.352 em 30/06/2007). A constituição da Provisão para Riscos de Créditos de R\$ 17.605 (R\$ 21.924 em 30/06/2007), é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme a opinião dos advogados

A Companhia, para garantia dos processos judiciais possui ativos penhorados, a saber: No Circulante -Fundos de Investimentos R\$ 32 (R\$ 988 em 30/06/2007); Títulos da Dívida Agrária R\$ 654 (R\$ 780 em 30/06/2007) e Saldo Bancário bloqueado por decisão judicial R\$ 651 (R\$ 906 em 30/06/2007). No Realizável a Longo Prazo - Depósitos Judiciais e Fiscais R\$ 38.155 (R\$ 35.481 em 30/06/2007). No Permanente Imóveis R\$ 2.435 (R\$ 2.656 em 30/06/2007).

(a) Investimentos			
DESCRIÇÃO	Taxa de Depreciação	30/06/2008	30/06/2007
Participações Societárias	0%	1.491	1.491
Imóveis Destinados à Renda	4%	13.087	13.087
(-) Depreciação		(6.341)	(5.934)
Outros Investimentos		649	649
(-) Provisão para Desvalorização		(649)	(649)
Total		8.237	8.644
(b) Imobilizado			
DESCRIÇÃO	Taxa de Depreciação	30/06/2008	30/06/2007
Imóveis de Uso Próprio	4%	6.192	6.192
(-) Depreciação		(3.012)	(2.819)
Equipamentos de Informática	20%	2.478	2.470
(-) Depreciação		(1.752)	(1.339)
Sistemas Aplicativos	20%	2.394	2.350
(–) Depreciação		(1.337)	(874)
Equipamentos - Outros	10%	578	578
(–) Depreciação		(314)	(259)
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	924	924
(-) Depreciação		(623)	(572)
Veículos	20%	104	254
(–) Depreciação		(83)	(212)
Total		5.549	6.693
(c) Diferido			
DESCRIÇÃO	Taxa de Amortização	30/06/2008	30/06/2007
Organização, Implantação e Instalação	10%	2.054	2.437
Amortização Acumulada		(915)	(1.079)
Total		1.139	1.358

10. CONTAS A PAGAR (Em R\$ Mil) (a) Obrigações a Pagar - Composto por: Pagamentos a efetuar diversos R\$ 539 (R\$ 613 em 30/06/2007) e Juros sobre o Capital Próprio Dividendos a Pagar R\$ 8.781 (R\$ 12.402 em 30/06/2007). (b) Impostos e Encargos Sociais a Recolher - Basicamente composto por IOF a recolher, IRRF retido na fonte, Imposto Sobre Servicos - ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS, totalizando R\$ 355 (R\$ 474 em

(c) Provisões Trabalhistas Circulantes - Constituídas pelas Provisões de Férias R\$ 480 (R\$ 631 em 30/06/2007), 13° salário R\$ 121 (R\$ 152 em 30/06/2007) e Encargos Sociais R\$ 187 (R\$ 256 em (d) Provisões para Impostos e Contribuições - Referem-se às provisões de PIS e COFINS sobre taturamento a recolher no montante de R\$ 96 (R\$ 9 em 30/06/2007) e IRPJ e CSLL sobre a apuração do

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS (Em R\$ Mil) (a) Operações com Seguradoras - Os valores a pagar por ramos têm a seguinte composição:

RAMOS	30/06/2008	30/06/2007
Automóveis/R.C.F. Veículos	117	390
Vida em Grupo	153	1.639
Outros	0	5
Total	270	2.034
(b) Operações com Resseguradoras - Os valores a pagar por ramos têm a	a seguinte comp	osição:
RAMOS	30/06/2008	30/06/2007
Vida em Grupo	5	22
Total	5	22
(c) Outros Débitos Operacionais - Os valores a pagar referem-se a pro	ó-labore sobre p	orêmios R\$ 830
(R\$ 455 em 30/06/2007): Decreto-Lei 50 890/68 Rural R\$ 678 (R\$ 678 em		

(R\$ 809 em 30/06/2007) 12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS (Em R\$ Mil) Referem-se, principalmente, a prêmios recebidos e não emitidos no montante de R\$ 1.296 (R\$ 19 em

30/06/2007) 13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (Em R\$ Mil) (a) Provisão de Prêmios não Ganhos e Despesas de Comercialização Diferidas

30/06/2008

Provisão de Prêmios

não Ganhos - P.P.N.G.

30/06/2007

niscos nuidis	101	232	10	U
Vida em Grupo	848	1.075	13	38
Outros	7	3	1	1
Total	956	1.310	27	39
(b) Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinis	stros Ocorridos	mas não Avis	ados	
•			Provisão d	e Sinistros
			Ocorrid	os mas
	Sinistros	a Liquidar	não Av	isados
RAMOS	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007
Garantia de Obrig. Públicas	2.395	3.218	0	0
Responsabilidade Civil Geral	1.311	908	28	28
Habitacional fora do SFH	2.484	17.351	4.933	13.057
Acidentes Pessoais Coletivos	3.764	6.540	3.035	6.261
DPVAT	109	16.923	892	4.516
Vida em Grupo	5.250	14.139	3.170	12.829
Outros	1.254	664	4	17
Total	16.567	59.743	12.062	36.708
A variação do ramo DPVAT, refere-se ao enc	erramento da pa	articipação da C	OSESP no Con	vênio DPVAT, a
nartir de 1º de janeiro de 2008	-			

(c) Provisão de Sinistros a Liquidar - Exigível a Longo Prazo RAMOS 30/06/2008 30/06/2007 Automóvel/R.C.F. Veículos Responsabilidade Civil Geral Habitacional fora do SFH... 8.587 6.574 Acidentes Pessoais Coletivos 15.904 Vida em Grupo 59.286 Outros 121.849 120.941

Comercialização Diferidas

30/06/2008

Not	as Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2008 e de	2007
Not	(Em R\$ Mil)	2001
Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 138.251 (R\$ 136.147 em 30/06/2007), estão provisionados na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar - Exigível a Longo Prazo", e são constituídos	(b) Provisões Cíveis - São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 48.336 (R\$ 39.222 em 30/06/2007). A Companhia possui	26. RESULTADO FINANCEIRO (Em R\$ Mil) O montante de R\$ 9.556 (R\$ 13.814 em 30/06/2007), tem a seguinte composição:
levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais e são atualizados monetariamente até a	auto de infração referente ao imposto de renda no valor aproximado de R\$ 7.050, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/68 (Fundo Rural). Para o auto em	(a) Receitas Financeiras (Em R\$ Mil)
data do Balanço. Para efeito de publicação, os depósitos judiciais no valor de R\$ 16.402 (R\$ 15.206 em 30/06/2007), oferecidos em garantia para essas ações são reclassificados para a rubrica "Provisão de	questão foram oferecidos bens à penhora. O advogado externo classifica a probabilidade de êxito possível. 17. COMPOSIÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	Títulos Públicos
Sinistros a Liquidar - Exigível a Longo Prazo", apresentado uma exigibilidade líquida da compensação de R\$ 121.849 (R\$ 120.941 em 30/06/2007).	(Em R\$ Mil)	Receitas com Ações 471 191 Quotas de Fundos de Investimentos 19.293 23.014
(d) Outras Provisões - referem-se à provisão de despesas administrativas do Convênio DPVAT, constituída em conformidade com a Resolução CNSP nº 153/2006 no montante de R\$ 296 em 30/06/2007 e à provisão	Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade,	Aplicações no Mercado Aberto
complementar de prêmios constituída em conformidade com a Resolução CNSP nº 162/2006 no total de	posicionamento dos Tribunais e os respectivos depósitos judiciais e têm a seguinte composição: Natureza Tributárias e Fiscais Trabalhistas Cíveis	Operações de Seguros 35 58 Depósitos Judiciais e Fiscais 1.024 1.087
R\$ 4 em 30/06/2008. (e) Garantia de Provisões Técnicas - O montante de R\$ 375.042 (R\$ 436.680 em 30/06/2007), encontra-se	Chance de Ocorrência	Outras Receitas
vinculado em garantia das provisões técnicas, representado pelos seguintes ativos: DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007	Provável 2 34.445 0 0 24 17.873 Possível 0 0 188 10.629 307 31.922	Total 21.210 30.605 (b) Despesas Financeiras (Em R\$ Mil) 30.605
Quotas de Fundos de Investimentos 375.042 417.592 Títulos de Renda Variável 0 743	(-) Depósito Judicial	DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007
Títulos Vinculados à Operação com DPVAT 0 18.345 Total 375.042 436.680	18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R\$ Mil) (a) Capital Social - Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de	Juros e Atualizações das Provisões de Sinistros (7.099) (9.838)
14. CONTINGÊNCIAS ATIVAS (Em R\$ Mil) A Companhia vem recolhendo o PIS e a COFINS com base na legislação vigente. No entanto, impetrou ações	R\$ 1,00 cada;	Juros e Atualizações das Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias
judiciais nas quais questiona a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas na legislação fiscal. A probabilidade de êxito é classificada como provável pelos advogados externos. Os valores	(b) Reserva de Lucro - Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 86.095 (R\$ 81.380 em	IOF e CPMF(13) (699)
atualizados representam R\$ 30.034. 15. OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS (Em R\$ Mil)	30/06/2007); (c) Ações em Tesouraria - Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial,	Outras Despesas (20) (40) Total (11.654) (16.791)
(a) Provisão para Tributos - Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a Reavaliação Capitalizada totalizam R\$ 1.879 (R\$	para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº 021/2003 e	27. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Em R\$ Mil)
1.769 em 30/06/2007).	(d) Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários - Conforme Circular SUSEP nº 356/2007, foi constituída a	DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007 IRPJ CSL IRPJ CSL
(b) Outras Contas a Pagar - Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre os resultados de 2000, 1998, 1996 e 1995 não recolhidos em virtude de demandas judiciais. O Poder Judiciário concedeu	Reserva para as perdas não realizadas dos Títulos disponíveis para venda no montante de (R\$ 513); (e) Dividendos - O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício	Resultado antes de Tributos e após Participações 8.964 8.964 7.755 7.755 (-) Juros sobre o Capital Próprio 11.800 11.800 12.500 12.500
permissão em caráter liminar para a Companhia proceder à compensação integral dos prejuízos fiscais e de base negativa da Contribuição Social existentes em 31/12/1994, com os resultados apurados a partir de	ajustado na forma da lei, após a dedução de prejuízos acumulados; (f) Juros sobre o Capital Próprio - Foram calculados em conformidade com o art. 9°, parágrafo 7° da Lei n°	Resultado antes de Impostos e Participações
1995, suspendendo assim o recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, montante este constituído em R\$ 34.445 (R\$ 34.146 em 30/06/2007), valores líquidos da reclassificação	9.249/95 e deliberado o pagamento do montante de R\$ 11.800, sendo registrado para fins fiscais em	(+) Ajustes Temporários
mencionada na nota 7(a). Outros Pagamentos R\$ 1.372 em 30/06/2007. (b) Provisões Fiscais - Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15/03/2002 no valor de R\$ 733	despesas financeiras e para o encerramento de balanço reclassificado para o Patrimônio Líquido, de acordo com a Circular SUSEP nº 356/2007;	Base de Cálculo dos Tributos
(R\$ 713 em 30/06/2007). 16. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS (Em R\$ Mil)	(g) Lucro ou Prejuízos Acumulados (Em R\$ Mil) DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007	IRPJ à Alíquota de 15% 325 0 1.204 0 Adicional de IRPJ à Alíquota de 10% 205 0 791 0
(a) Provisões Trabalhistas - São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados	(+) Lucro Líquido do Semestre	Contribuição Social à Alíquota de 15% (9% em 30/06/2007)
inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 8.361 (R\$ 11.624 em 30/06/2007).	(-) Juros sobre o Capital Próprio (11.800) (12.500) (=) Lucro ou Prejuízo Acumulado (3.774) (7.657)	Valor do IRPJ/CSLL
19. PRINCIPAIS CARTEIRAS (Em R\$ Mil)	30/06/2008 30/06/2007	Reversão/Constituição de Crédito Tributário
Prêmio % Tota	al Sinistrali- Comerciali- Prêmio % Total Sinistrali- Comerciali-	Imposto de Renda e Contribuição Social Contabilizados
RAMOS Ganho Pr. Ganh 0588/0589 0 0	0 0 15.484 32,2 72,2 0,5	28. PARTES RELACIONADAS As transações com partes relacionadas são realizadas em condições comutativas a preço, prazos e taxas
0981/0982 67 0, 0993 13.547 99,	1 53,4 45,6 23.661 49,2 23,8 43,3	normais de mercado, semelhantes às que seriam praticadas entre partes não relacionadas à entidade.
1068	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Empresa investe seus recursos em títulos públicos de alta liquidez emitidos pelo Tesouro Nacional e títulos
TOTAL 13.672 100, Descrição dos ramos: 0588/0589 - DPVAT; 0981/0982 - Acidentes Pessoais; 0993 - Vida em Grupo e 1068 -	0 1,3 44,9 48.087 100,0 46,9 21,3	privados de bancos de primeira linha, e em fundos de investimentos financeiros que aplicam seus recursos
20. PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS (Em R\$ Mil)	22. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Em R\$ Mil)	 basicamente nesses títulos, registrados nas demonstrações contábeis a valor de mercado, observando os critérios descritos na nota 3(a).
DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007	DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007 Comissões (676) (1.018)	30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (Em R\$ Mil)
Prêmios Diretos 15.764 36.218 Prêmios - Riscos vigentes não emitidos 1.526 (31)	Recuperação de Comissões 139 86 Outras Despesas de Comercialização (7.546) (11.415)	DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007 (+) Patrimônio Líquido 201.694 193.341
Prêmios Convênio DPVAT	Recuperação de Outras Despesas de Comercialização	(-) Despesas Antecipadas
Prêmios Cedidos em Co-seguros (3.615) (4.186) Prêmios de Retrocessões 0 2	Variação das Despesas de Comercialização Diferidas 15 15 Total (6.143) (10.252)	(–) Ativo Diferido
Repasses do Convênio DPVAT	23. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Em R\$ Mil) DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007	(=) Patrimônio Líquido Ajustado
Total	Despesa com Cobrança 0 (518) Contingências Judiciais (1.358) (6.833)	A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido, considerando a data-base de 30 de junho de 2008, em
encerramento da participação da COSESP no Convênio DPVAT, a partir de 1º de janeiro de 2008.	Provisão para Riscos de Créditos (881) (366) Serviços Técnicos Operacionais 0 (301)	R\$ 25.944, utilizando nos seus cálculos, os fatores constantes dos Anexos III, IV, V e VI à Circular SUSEF nº 355/2007 na forma divulgada pela Resolução CNSP nº 158/2006, apresentado suficiência em relação ac
21. SINISTROS RETIDOS (Em R\$ Mil)	Ressarcimentos de Convênios Operacionais	Patrimônio Líquido ajustado.
DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007 Indenizações avisadas administrativas (6.092) (46.796)	Outras Receitas e Despesas Operacionais (341) 647 Total (1.317) (7.036)	Capital Mínimo Requerido (CMR) para Autorização e Funcionamento DESCRIÇÃO 30/06/2008
Indenizações avisadas judiciais	24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Em R\$ Mil)	Capital base para operar (Resolução CNSP nº 178/07)
Despesas com sinistros administrativas (292) (650) Despesas com sinistros judiciais (1.490) (1.560)	DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007 Despesas com Pessoal (4.150) (8.797)	Capital Mínimo Requerido (CMR)
Indenizações avisadas de consórcios e fundos	Serviços de Terceiros	Margem de Solvência (30/06/2008) Patrimônio Líquido Ajustado
Despesas com sinistros de consórcios e fundos	Imobilizado	Capital Mínimo Requerido (CMR) (25.944) Suficiência 173.493
Recuperação de sinistros 3.023 10.185	Outras Despesas (262) (894) Total (6,387) (13,715)	32. EVENTOS SUBSEQÜENTES
Salvados e Ressarcimentos 35 72 Variação da prov. sinistros ocorridos mas não avisados 11.911 33.784	25. DESPESAS COM TRIBUTOS (Em R\$ Mil) DESCRIÇÃO 30/06/2008 30/06/2007	A partir do exercício de 2007, a Companhia não comercializa seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. Manterá, apenas, a administração residual das apólices
Total	Despesas com PIS (93) (79) Despesas com COFINS (575) (435)	vigentes, até o seu termo.
A variação dos grupos "Indenizações avisadas de consórcios e fundos e Despesas com sinistros de consórcios e fundos", refere-se ao encerramento da participação da COSESP no Convênio DPVAT, a partir	Despesas com Taxa de Fiscalização	 33. OUTRAS INFORMAÇÕES A Sociedade mantém seguro sobre seus bens, em montante considerado suficiente para cobertura de
de 1º de janeiro de 2008.	Despesas com Impostos Municipais/Estaduais (146) (136) Total (1.027) (1.077)	eventuais perdas.
Conselho de Administração		Diretoria Executiva
MAURO RICARDO MACHADO COSTA Presidente		HAMILTON CHOHFI Diretor Presidente
ERNESTO VEGA SENISE HAMILTON CHOHFI Membro Membro	MARIA ELIZABETH DOMINGUES CECHIN Membro ALCEDO FERREIRA MEND Diretor	
Membro	Responsáveis Técnicos	Direct.
GILBERTO ANTONIO GONÇALVES PUCCI - Atuário MIBA n	-	MARCOS DA PAZ DA SILVA - CRC 1SP218980/O-0
	Parecer dos Auditores Independentes	
Aos Diretores e Acionistas COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo	3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COSESP - Companhia de Seguros	nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem
São Paulo - SP 1. Examinamos os balanços patrimoniais da COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo	do Estado de São Paulo em 30 de junho de 2008 e 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos semestres findos	de normatização por parte da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para serem integralmente aplicadas pelas seguradoras por ela reguladas. Dessa forma, nessa fase de transição, a SUSEP, por meio da
em 30 de junho de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas,	naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.	Carta-Circular DECON/GAB n° 005/2008, de 09 de junho de 2008, esclareceu que os ajustes decorrentes da Lei n° 11.638/07 só deverão ser efetuados nas demonstrações financeiras anuais. Assim, as demonstrações
elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.	4. Conforme descrito na nota explicativa nº 32 das demonstrações financeiras, a Seguradora não mais comercializará seguros de pessoas e de bens, em virtude dos encerramentos dos acordos operacionais que	financeiras referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com essa orientação da SUSEP e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.
 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de 	garantiam seus canais de vendas, mantendo a estrutura necessária para administração das apólices vigentes. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos	0~ D 40 1 1 1 2000
transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora; b) a constatação, com base em	negócios da Seguradora, sob essa nova realidade, sendo assim, não incluem quaisquer ajustes relativos à	
testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração	realização e classificação dos valores de ativos ou à classificação de passivos. 5. Conforme mencionado na nota explicativa 3.f, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638,	AUDITORES INDEPENDENTES ORLANDO OCTÁVIO DE FREITAS JÚNIOF
da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei Parecer do Conselho Fiscal	CRC 2SP013439/O-5 Sócio-Contador - CRC 1SP178871/O-4
O Conselho Fiscal da COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, representado pelos		São Paulo, 23 de julho de 2008
membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanco Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis	de 2008, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos	
referentes ao 1º semestre findo em 30 de junho de 2008, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - BDO Trevisan Auditores Independentes, de 18 de julho de 2008, sem ressalvas, elaborado de acordo com as	os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da COSESP - Companhia de Seguros	CHILDEDME THIS DV SILVY TAMBELLINI
normas de auditoria aplicáveis no Brasil.	Acionistas da empresa.	MARIA CONSTANÇA FIGUEIREDO TZUNG SHEI UE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

cosesp seguros

CNPJ nº 62.088.042/0001-83